



**MATO GROSSO**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**  
**NOBRES – MT.**

**FOLHA Nº**

1

**NORMA INTERNA Nº:**  
**STB N. 005/2010**

**VERSÃO**  
**01**

**DATA DA APROVAÇÃO:**  
**08/12/2010**

**ASSUNTO: Normas de Procedimentos para o lançamento e arrecadação do Imposto Sobre Serviços – ISS.**

**SETORES ENVOLVIDOS: STB – Sistema de Tributos e Fiscalização.**

### **I) DOS OBJETIVOS**

- 1) Disciplinar os Procedimentos e Condições para o bom funcionamento do Departamento de Cadastro, Tributos e Fiscalização para que não venha ocorrer irregularidades e ilegalidades à Unidade competente, envolvendo todas as áreas da administração Direta e Indireta, conforme planejamento e metodologia de trabalho, objetivando aferir a observância aos procedimentos de controle de forma padronizada e, se for o caso, aprimorá-los.
- 2) Aperfeiçoar os procedimentos do Departamento de Cadastro, Tributos e Fiscalização, da Prefeitura Municipal de Nobres, disciplinando normas de Procedimentos do dia a dia de cada funcionário, objetivando organizar e estabelecer atividades mínimas a serem observadas;
- 3) Considerando o relevante interesse do Município em otimizar seus sistemas integrados de gestão e controle, a normativa que se apresenta vem recomendar procedimentos para o Departamento de Cadastro, Tributos e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Nobres – MT;
- 4) Realizar controle preventivo, possibilitando a realização de todos os procedimentos necessários ao cumprimento da legislação de Cadastro, Tributos e Fiscalização, contribuindo para que não se cometam falhas e ilegalidades.
- 5) Otimizar os procedimentos administrativos da Prefeitura Municipal, disciplinando normas gerais para o Departamento de Cadastro, Tributos e Fiscalização, objetivando organizar e estabelecer atividades mínimas a serem observadas.

### **II) DOS CONCEITOS**

- 1) **ISSQN:** Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

### **III) DA BASE LEGAL**

- 1) **Constituição Federal** em geral e especificamente os art. 37, art. 70, art. 165, incisos I, II e III;
- 2) **Lei Federal nº. 8.429 de 02 de junho de 1992**, que dispõe as sanções aplicáveis aos agentes Públicos nos casos de enriquecimentos ilícitos no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional das outras providências;
- 3) **Lei Complementar nº 269/2007**, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato grosso e da outras providências;
- 4) **Resolução nº 14, de 25 de setembro de 2007**, que Institui o regimento do Tribunal de Contas nos termos da Lei Complementar nº 269, de 29 de janeiro de 2007 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato grosso;

**Alysson Ferreira de Oliveira**  
Auditor de Controle Interno

**José Carlos da Silva**  
Prefeito Municipal



**MATO GROSSO**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**  
**NOBRES – MT.**

**FOLHA Nº**

2

**NORMA INTERNA Nº:**  
**STB N. 005/2010**

**VERSÃO**  
**01**

**DATA DA APROVAÇÃO:**  
**08/12/2010**

**ASSUNTO: Normas de Procedimentos para o lançamento e arrecadação do Imposto Sobre Serviços – ISS.**

**SETORES ENVOLVIDOS: STB – Sistema de Tributos e Fiscalização.**

**5) Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964**, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados dos Municípios e do Distrito Federal;

**6) Resolução 01/2007**, que aprova “Guia de implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública” estabelece Prazos e da outras providências;

**7) Lei complementar nº 101 de 4 de maio de 2000**, que Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

**8) Lei complementar nº 1052/2007**, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno, cria a Controladoria Geral de Controle Interno da Administração Pública Municipal, e dá outras providências;

**9) Encontra-se amparo nos artigos 145 e 156 da Constituição Federal**, nas disposições do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, bem como, no Código Tributário Municipal, além de outras normas que venham assegurar o cumprimento dos princípios inerentes, e disposições do Tribunal de Contas do Estado.

#### **IV) RESPONSABILIDADES**

1) Da Unidade Responsável

**1.1) Entende-se por Unidade responsável por esta Instrução Normativa a Unidade Central do Sistema de Tributos e Fiscalização**, na qual tem as seguintes atribuições entre outras que fizerem necessárias nos termos legais.

**a) Promover a divulgação e implementação da Instrução Normativa**, mantendo-a atualizada; orientar as áreas executoras e supervisionar sua aplicação;

**b) Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade responsável pela coordenação de controle interno**, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão;

**c) Gerenciar, dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos**, respondendo pelos encargos a ele (a) atribuído (a), determinar a distribuição, controle, orientação e coordenação dos serviços do Departamento de Cadastro, Tributos e Fiscalização de Nobres;

**d) Assumir responsabilidade pelo fornecimento de informações a Controladoria Geral de Controle Interno;**

**Alysson Ferreira de Oliveira**

Auditor de Controle Interno

**José Carlos da Silva**

Prefeito Municipal



**MATO GROSSO**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**  
**NOBRES – MT.**

**FOLHA Nº**

3

**NORMA INTERNA Nº:**  
**STB N. 005/2010**

**VERSÃO**  
**01**

**DATA DA APROVAÇÃO:**  
**08/12/2010**

**ASSUNTO: Normas de Procedimentos para o lançamento e arrecadação do Imposto Sobre Serviços – ISS.**

**SETORES ENVOLVIDOS: STB – Sistema de Tributos e Fiscalização.**

- e) Determinar e chefiar as atividades do Departamento de Cadastro, Tributos e Fiscalização de Nobres, entre outras atividades afins;
- f) Encaminhar as informações a Controladoria Geral de Controle Interno quando solicitado.
- g) Distribuir tarefas sobre as rotinas de trabalhos a ser executado do Departamento de Cadastro, Tributos e Fiscalização de Nobres;
- h) Planejar, orientar e assegurar as atividades de rotinas do Departamento de Cadastro, Tributos e Fiscalização de Nobres;
- i) Coordenar os trabalhos do Departamento de Cadastro, Tributos e Fiscalização de forma eficiente, propondo e implantando melhorias, com definições de políticas de desenvolvimento de pessoal na administração direta e indireta do Município de Nobres.

## **2) Das Unidades Executoras**

**2.1)** Entende-se por Unidade Executora dessa Instrução Normativa todas as Secretarias, Departamento, Setores, Seção, vinculados ao Sistema Tributos e Fiscalização, na qual, terá as seguintes atribuições, entre outras que se fizerem necessárias nos termos legais:

- a) Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualizações;
- b) Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando as sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;
- c) Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma;
- d) Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos na geração de documentos, dados e informações;
- e) Informar por escrito, ao chefe imediato, a prática de atos irregulares ou ilícitos levando em consideração os termos prescrito no caput do art. 10 da Lei Complementar nº. 1052/2007.

**Alysson Ferreira de Oliveira**  
Auditor de Controle Interno

**José Carlos da Silva**  
Prefeito Municipal



**MATO GROSSO**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**  
**NOBRES – MT.**

**FOLHA Nº**

4

**NORMA INTERNA Nº:**  
**STB N. 005/2010**

**VERSÃO**  
**01**

**DATA DA APROVAÇÃO:**  
**08/12/2010**

**ASSUNTO: Normas de Procedimentos para o lançamento e arrecadação do Imposto Sobre Serviços – ISS.**

**SETORES ENVOLVIDOS: STB – Sistema de Tributos e Fiscalização.**

f) Manter no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;

g) Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de relatórios ou para expedição de recomendações;

3) Da Unidade Responsável pela Coordenação do Controle Interno

3.1) Entende-se por Unidade Responsável pela Coordenação do Controle Interno a Controladoria Geral de Controle Interno da Administração Pública Municipal prescrita nos termos da lei complementar nº. 1052/2007, na qual, tem as seguintes atribuições entre outras que se fizerem necessárias dentro dos termos legais:

a) Prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

b) Através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes ao STB, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles;

c) Manter no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;

d) Informar por escrito, ao Chefe do Poder Executivo, a prática de atos irregulares ou ilícitos levando em consideração os termos prescritos no caput do art. 10 da lei complementar nº. 1052/2007;

e) Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de relatórios ou para expedição de recomendações.

**V) DOS PROCEDIMENTOS**

**Ação Inicial:** Identificação da base de cálculo do imposto;

**Ação Final:** Inscrição do débito em Dívida Ativa.

**Na especificação das rotinas:**

**Alysson Ferreira de Oliveira**

Auditor de Controle Interno

**José Carlos da Silva**

Prefeito Municipal



**MATO GROSSO**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**  
**NOBRES – MT.**

**FOLHA Nº**

5

**NORMA INTERNA Nº:**  
**STB N. 005/2010**

**VERSÃO**  
**01**

**DATA DA APROVAÇÃO:**  
**08/12/2010**

**ASSUNTO: Normas de Procedimentos para o lançamento e arrecadação do Imposto Sobre Serviços – ISS.**

**SETORES ENVOLVIDOS: STB – Sistema de Tributos e Fiscalização.**

- 1) Critérios, procedimentos e condições para o enquadramento das empresas, profissionais liberais ou autônomos, segundo as atividades que exercem, na lista de serviços constantes da legislação tributária municipal, com identificação da modalidade de lançamento;
- 2) Procedimentos e prazos para os contribuintes sujeitos à tributação por homologação (auto-lançamento), informarem à Prefeitura, via comunicação de dados ou de forma documental, o montante do movimento econômico (faturamento mensal), sobre o qual será aplicada a respectiva alíquota;
- 3) Definição dos limites máximos de variação (para menos) em relação à média dos últimos 12 meses, no valor do movimento econômico, para fins de averiguações posteriores por parte do Departamento de Fiscalização Tributária;
- 4) Procedimentos e prazos para disponibilização aos contribuintes sujeitos à tributação por homologação (auto-lançamento), por parte da Prefeitura, via comunicação de dados, internet ou de forma documental, da guia para recolhimento do ISS via bancária;
- 5) Procedimentos e prazos para a disponibilização, por parte da Prefeitura, via comunicação de dados, internet ou de forma documental, da guia para recolhimento do ISS calculado por meio de alíquotas fixa, devidos por profissionais liberais, autônomos e sociedades de profissionais;
- 6) Procedimentos para o registro diário no sistema, dos valores arrecadados de ISS por homologação, por contribuinte, conforme informação passada pelos bancos arrecadadores;
- 7) Procedimentos e prazos para notificação aos contribuintes que deixaram de recolher o ISS por homologação, ou fizeram em patamar inferior ao devido, em relação ao movimento econômico informado.

**Na especificação dos procedimentos de controle**

- 1) Verificação mensal para identificação dos contribuintes que, sujeitos ao recolhimento do ISS por homologação, deixaram de informar o movimento econômico, ou o valor informado encontra-se abaixo do mínimo estabelecido como patamar de variação, com comunicação ao Departamento de Fiscalização Tributária (ou equivalente);
- 2) Confrontação mensal, no caso de grandes contribuintes e, por amostragem em relação aos demais, entre o valor recolhido e o valor devido do imposto.

**VII) DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 1) A Controladoria Interna jamais poderá disponibilizar um Relatório de Auditoria a algum outro servidor que não seja o responsável pelo respectivo órgão auditado;

**Alysson Ferreira de Oliveira**  
Auditor de Controle Interno

**José Carlos da Silva**  
Prefeito Municipal



**MATO GROSSO**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**  
**NOBRES – MT.**

**FOLHA Nº**

6

**NORMA INTERNA Nº:**  
**STB N. 005/2010**

**VERSÃO**  
**01**

**DATA DA APROVAÇÃO:**  
**08/12/2010**

**ASSUNTO: Normas de Procedimentos para o lançamento e arrecadação do Imposto Sobre Serviços – ISS.**

**SETORES ENVOLVIDOS: STB – Sistema de Tributos e Fiscalização.**

2) Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à controladoria municipal que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional;

3) Fundamentado nesses termos e com o intuito de cumprir com os requisitos obrigatórios do TCE/MT em remessa de documentos o Sistema de Controle Interno estabelece a presente Instrução Normativa na prática de suas atividades;

4) Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à controladoria municipal que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**Alysson Ferreira de Oliveira**  
Auditor de Controle Interno

**José Carlos da Silva**  
Prefeito Municipal